

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA REGIONAL

Email:
leandro.silvasantos@univasf.edu.br
brfulvio.flores@univasf.edu.br

Leandro Silva Santos, Fúlvio Torres Flores

RESUMO

Trata-se de um estudo que possui como temática a mediação e uso da informação, e tem como objetivo, disponibilizar em site imagens da edição do Jornal "O Pharol" durante sua existência como periódico e relacionadas à Extensão Rural: educação. Para esta pesquisa foi feita análise documental e bibliográfica. Inicialmente foram realizadas o levantamento do acervo, digitalização das edições do jornal e conversão em formato digital (PDF) com análise historiográfica do período de 1915 a 1935 primeira República e por fim o levantamento bibliográfico sobre aspectos relacionados ao tema tais como: Ciência da Informação, Informação, Museus, Memória, História e Extensão Rural: no presente estudo demonstraremos como o jornal "O Pharol" tratou a Extensão Rural na região no período em que esteve em funcionamento através de suas edições, disponibilizando através de imagens indexadas e classificadas em site as informações que julgamos mais relevantes para a construção da memória coletiva e da história local.

Palavras-chave: Mediação. Sociedade da Informação. Representação da Informação. Extensão Rural. Jornal O Pharol.

ABSTRACT

It is a study that has as its subject the mediation and use of information, and its objective is to make available on the web images from the edition of the "O Pharol" newspaper during its existence as a periodical and related to Rural Extension: education. For this research was done documentary and bibliographic analysis. Initially, the collection of the collection, digitalization of the editions of the newspaper and conversion in a digital format (PDF) with historiographical analysis from the period 1915 to 1935 first Republic and finally the bibliographic survey on aspects related to the subject such as: Information Science, Information, Museums, Memory, History and Rural Extension: in the present study we will demonstrate how the newspaper "O pharol" treated the Rural Extension in the region in the period in which it was in operation through its editions, making available through indexed images and information we deem most relevant to the construction of collective memory and local history.

Keywords: Mediation. Information Society. Representation of Information. Rural extension. O Pharol Newspaper.

1 INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial e o aparato tecnológico utilizado fizeram surgir a explosão da informação científica, principalmente com o uso do computador e da Web modificando os rumos do Ocidente transformando a sociedade Industrial em Sociedade da Informação e Conhecimento. Nessa sociedade o que possui valor de fato é a informação ou o conhecimento adquirido através dela. Porém os níveis de acesso e participação na atual sociedade não são equânimes, em países

subdesenvolvidos o acesso ao conhecimento e a informação mediada ainda é um objetivo a ser alcançado. Baixos índices de educação e leitura, falta de acesso aos serviços públicos são situações que se apresentam no bojo deste novo tipo de sociedade.

Assim a Ciência da informação que surge neste contexto, tem como objeto a informação e seu uso, anteriormente se preocupou com a produção agora chegamos ao paradigma do acesso e uso.

Desse modo esta pesquisa é realizada a partir da perspectiva de fornecer ao cidadão, acesso a sua memória ou história. Os documentos ou fontes utilizadas são as edições do jornal "O Pharol". Este importante periódico possibilita a reconstrução de uma memória social e coletiva da cidade de Petrolina e região. Diante da evolução da pesquisa histórica, que no século XIX estava baseada no paradigma dos documentos oficiais, no domínio Positivista. Recentemente os jornais e demais fontes tem encontrado respaldo na pesquisa de historiadores, que tem características ligadas ao viés epistemológico da Escola dos Annalles, que foi um movimento de ruptura com a historiografia tradicional, ou seja, positivista e fundada em documentos oficiais e na história que privilegiava os feitos dos grandes homens na qual somente narra os fatos da forma como foram. Sendo assim ela extrapola a noção do antigo regime e coloca a complexidade do homem no centro das discussões e fomentando uma História problema. Aliado a isso a importância das fontes estarem disponíveis torna o trabalho do pesquisador mais fácil.

Assim este artigo é parte integrante da dissertação de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf, no qual são discutidos a origem da Ciência da Informação, objeto de estudo e a interdisciplinaridade da área, o que é informação, conceito de mediação e uso da informação e sua aplicação nos ambientes informacionais, uso de tecnologias da informação, o museu como espaço de informação, o jornal como lugar de memória, a Escola dos Annalles e extensão rural.

A parte que trata da metodologia é apresentado o conceito da pesquisa bibliográfica e na análise e divulgação dos resultados com as edições do jornal "O Pharol" digitalizadas. Finalmente serão expostas a conclusão a que esta pesquisa tem chegado. Serão apresentadas, ainda, sugestões de novas pesquisas

O JORNAL O PHAROL

O periódico "O Pharol" foi criado em 1915 por Sr. João Ferreira Gomes, mais conhecido como Joãozinho do "Pharol". Relatos demonstram que desde criança ele desejava criar um noticiário, conforme afirma o jornalista Jean Carlos Côrrea: a aventura de publicar o jornal "revelaria algo mais do que uma incursão aparentemente amadora e experimental de uma criança no mundo do jornalismo: revelaria a intenção de Joãozinho em difundir opiniões e informações por meio de um periódico" (MULTICIENCIA ONLINE, 2008).

Foi com esse desejo que seu Joãozinho criou "O Pharol", fundado em 7 de setembro de 1915 sua primeira edição só saiu a 10 de setembro de 1915:

um jornal que de início tinha um formato mínimo de 12 X 8, com quatro páginas, confecção da tipografia da Folha de São Francisco, na cidade fronteiriça de Juazeiro,

Estado da Bahia. Circularia nos dias 10 e 25 de cada mês, pelo preço do exemplar de 200 réis.

Ao atingir o nº 12 de 25 de fevereiro de 1916, cresceu para 22 x 15 e tinha redação instalada na rua Dr. Miguel Pernambuco,26, assinado ao preço de 2.000, por ano e 1.200 por semestre, sofreu um hiato de quase três meses só saindo o nº 13 no dia 15 de maio. Prosseguiu normalmente, passando a ser confeccionado em tipografia adquirida e em máquina manual. Dadas 20 edições até 25 de agosto, o periódico comemorou o primeiro aniversário com o nº 1, ano II de 7 de setembro de 1916.

Durante a fase inicial, o primeiro tipógrafo foi o próprio João Ferreira com o apoio de seu colega de escola. Ao longo dos anos o jornal foi mudando de formato e assim na edição de número 20 em 25 de agosto de 1916 o periódico comemorou seu primeiro aniversário com uma coluna de primeira página:

Já agora com seu jornal maior, impresso em oficinas próprias, Petrolina avança, no largo caminho do progresso e da civilização, principais fundamentos do engrandecimento moral, intelectual e material de uma cidade do interior, adiantando: e um Pharol que vos serve de guia, que vos alumia, que vos mostra a estrada por onde podeis e deveis seguir, embora seja tortuosa e cheia de pedregulhos do sofrimento (NASCIMENTO, 2007,p.563).

Já em formato de 31 X 23, páginas de três colunas, as edições de aniversário variavam na quantidade de páginas, chegando a atingir 16 a de 7 de setembro de 1928. Em 26 de junho, o nº 36, ano V, apresentou formato maior 48 x 33 e qualidade melhor saindo de quinzenário para semanário, conforme citou o jornal Estado da Bahia na época: “Começa a ser combatido, sinal de que se tornou importante. Prossegue. Já não veste mais calças curtas do tempo do colégio. Quinzenário. Em 1919 passa a semanário, sendo ampliado e melhorado o seu formato”.

Por volta dos anos de 1930 o jornal variou em redatores e Cid Carvalho era que ficava responsável por angariar assinaturas.

O Jornal preservou sua linha de conduta pelos anos seguintes e melhorou o aspecto a partir de 1937, ao apresentar em 11 de fevereiro formato de 54 x 36, mais largas as cinco colunas de composição e o novo clichê do título.

Em 7 de setembro de 1937 substituiu o clichê do título por um desenho de Zinza e reapareceu no cabeçalho ao lado do diretor fundador o nome de Cid Carvalho. A 1º de janeiro de 1942 o periódico simplificou a grafia do título para “O Farol”.

Em 1945 a edição de 21 de setembro com oito páginas, foi dedicada ao cinquentenário da cidade de Petrolina e estabelecida nova moeda o preço da assinatura aumentou para \$ 35 cruzeiros, 20 e 70 respectivamente. Continuou a circular ora quinzenalmente ora semanalmente

RELAÇÕES COM A CIDADE E POVO PETROLINENSE

Quando o jornal nasceu a cidade de Petrolina começava seu processo de consolidação, e contam a história que as crianças para ganhar alguns “trocados” divulgavam as notícias do jornal e assim clientes ficavam curiosos e tomavam conhecimento do jornal e mais tarde anunciavam em seus classificados.

Aproveitando dessa dinâmica de espaço para propaganda pessoas de diversos setores divulgavam seus serviços e atos políticos no jornal.

Ficava consolidado pela população que o jornal seria o responsável por informar aos cidadãos dos acontecimentos locais e mundiais, opiniões, criando uma cultura e identidade do povo de Petrolina e região. O jornal adquiriu tanta credibilidade que ditava tendências e “verdades” através das notícias. Nesse momento o jornal teve a contribuição de Iná Torres que era socialite na região e tinha uma coluna social chamada “Em sociedade” na qual elase encarregava de relatar os casamentos, bailes de debutantes da região, pois o jornal adquirira um caráter regional razão pela qual pessoas das altas camadas da sociedade gostariam de figurar no prestigioso jornal.

O jornal ganhou adeptos devido a distribuição de exemplares a assinantes das cidades circunvizinhas da região e do mundo que queriam ver publicados seus enlases nas colunas do jornal e saber notícias da terra natal. Em Mesmo com a chegada em 1955 da Radio Difusora Progresso e em 1965 da Emissora Rural pela Diocese de Petrolina não atenuou a importância e credibilidade da informação veiculada pelo Pharol, que perdurou durante longos anos, pois, sua finalidade foi para além da comunicação e tornou-se em um veículo que remetia os cidadãos a um passado, uma memória individual e coletiva que resgatava os valores e sentimentos de pertencimento a região, razão pela qual ainda hoje percebe-se a nostalgia e ao valor documental que é dado ao acervo que se encontra no museu do sertão.

Durante os anos o jornal foi um grande aliado da Diocese e da prefeitura da cidade. Percebe-se que o jornal acompanhou o crescimento da cidade e demonstrava através das matérias a pujança da cidade e conseqüentemente do periódico.

1.1 A IMPORTÂNCIA DO JORNAL PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

Não é possível falar sobre o jornal “O Pharol” como patrimônio cultural da cidade de Petrolina e região sem falarmos da noção de museu, a palavra museu originalmente deriva do grego *Museum*, que significa lugar das musas, e *logos*, que significa estudo ou reflexão baseado na sensibilidade e na razão. Assim o objeto de museu assumiu o lugar de ‘coisa’ ou um representante do mais belo da espécie. Com isso surge também a importância e o objeto da Museologia que é o fato museológico, ou seja, a representação e a importância que uma sociedade dá a aqueles objetos preservados e como eles se comunicam.

Assim é perceptível a importância desse periódico para as relações sociais, políticas e econômicas da cidade, e daí compreende-se o fato de o mesmo encontrar-se no museu do sertão do São Francisco, exposto como objeto ou peça musealizada, o jornal representa todo um legado que entrelaçasse com a história da cidade. Como toda peça de museu, está disponível para representação de um fato e para a reflexão e questionamentos. Para alguns que não possuem o conhecimento adquirido através da memória, tais informações não serão questionadas, entretanto para outros os acontecimentos narrados serão objetos de questionamentos. Assim a Museologia, anteriormente tratada como uma ciência técnica, preocupada com a preservação e conservação de materiais da história, passou a ser vista também como uma ciência social aplicada na qual desperta reflexões e análises do contexto social do homem da qual a área da ciência da informação estaria a ela relacionada pelo objeto da informação e a produção de sentidos.

Feita as considerações sobre os museus e objeto musealizado, tecemos algumas ideias sobre a noção de patrimônio que é antiga e remonta a Idade Antiga na qual até os dias atuais é

possível identificar resquícios dessa preservação. É bastante comum associarmos a ideia de patrimônio a bens materiais, porém documentos tais como: a *Ilíada* e a *Odisseia* de Homero são exemplos de como desde a Grécia antiga a sociedade busca através da memória preservar seu patrimônio cultural. Contudo com o avançar dos anos percebe-se que preservar o patrimônio tem sido um desafio diante das transformações que passam a sociedade. Os conflitos ocorridos nas duas grandes guerras mundiais trouxeram para a sociedade prejuízos significativos.

Dessa forma vemos que ao passo que a memória evoluiu a preservação do patrimônio não acompanhou tal avanço com a mesma intensidade. Contudo a partir da criação de órgãos como Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e no Brasil do Iphan – Instituto do patrimônio histórico e artístico nacional cresce a importância da preservação do patrimônio material e imaterial.

Durante muito tempo os documentos oficiais foram fonte de informação para a escrita da história o que de certa forma contribuiu para que eles fossem inseridos como parte do patrimônio material e da memória coletiva e a preservação deles é condição sine qua non para a construção da sociedade.

Na França, com a Revolução Francesa a sociedade reivindicou do Estado a disponibilização dos documentos públicos e com isso boa parte da História da França pode ser compreendida, contudo essa visão positivista de conceber os fatos e a história foi contestada pelo movimento dos *Annales*, cuja crítica principal que seus idealizadores faziam era principalmente a uma construção da história baseada nos grandes heróis e na narração. Tal movimento modificou também a historiografia quando da utilização de fontes oficiais, dando ênfase a diversos materiais tais como: Jornais, revistas e demais fontes não oficiais. Após a 3ª geração o movimento ganhou diversos continentes chegando e sendo bem aceito na América do Sul e principalmente no Brasil, com afirmação de alguns escritores, que a *Obra Casa Grande e Senzala* do sociólogo Gilberto Freire foi inspirada por esse movimento dos *Annales*.

Atualmente historiadores brasileiros tem se dedicado a essa corrente historiográfica e não tem utilizado somente os documentos de arquivo para elaboração do discurso historiográfico. O que torna a preservação dessas fontes importantes e no caso do periódico “*O Pharol*”, seu potencial informacional é extraordinário tendo em vista sua longa trajetória dentro da história contemporânea da região semiárida como também do Brasil.

Assim a definição de um objeto como patrimônio cultural não é tão fácil, a constituição federal de 1988 conceitua patrimônio cultural como sendo: os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988)”.

Desse modo, não detalharemos como deve ser realizado o procedimento para reconhecimento de um objeto ou tradição como patrimônio cultural contudo percebemos que no caso do “*Pharol*” suas representações simbólicas da cultura e da sociedade já são evidenciadas como um legado da cidade, como podemos verificar em outros projetos de pesquisa, matérias jornalísticas, como a realizada pela RTV caatinga da Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf e trabalhos de jornalistas da Universidade do Estado da Bahia - UNEB e historiadores da Universidade Federal de Pernambuco. Toda essa importância é sinal da representatividade na cultura sertaneja e com isso também podemos dizer que “*O Pharol*” é um patrimônio material cultural da região semiárida.

O IDEALIZADOR DE O PHAROL

João Ferreira Gomes mais conhecido como Joãozinho do Farol, era natural de Petrolina, nascido em 1901. Filho do comerciante e político, também petrolinense, Mariano Ferreira Gomes e Maria das Virgens, conhecida como D. Neném. Com 15 anos criara seu primeiro jornal “O Pharol”, fruto de um amor pelo jornalismo que desde cedo nutria, pois havia escrito anteriormente seu primeiro jornalzinho chamado Correio da Infância e mais tarde quando maduro criara o Pharol com seu amigo de infância Cid Teixeira.

Conta-se que ainda com 12 anos de idade se indignou com a situação que a escola na qual estudava “Paes Barreto” se encontrava como por exemplo: escassez de mobiliário e ausência de infraestrutura, porém, seu anseio em ler e educar-se prevaleceram e dessa forma seguia sua instrução e ao realizar a leitura de um livro de Erasmo Braga que falava sobre a importância de um Farol para orientar os navegantes teve a ideia de criar um jornal que iria ser o farol que iluminaria as mentes daqueles que encontravam –se na escuridão da falta de conhecimento, um Porto Seguro.

Assim rascunhou em um caderno a folha de um jornal do qual se chamaria o Farol essa imagem é considerada o marco da criação do jornal e primeira edição do jornal. Mais tarde e com recursos, viajou para Salvador e teve contato com máquinas de produção de jornais, capacitou-se e no seu retorno lançou o primeiro periódico da cidade e do interior do Nordeste.

Com a notoriedade que o jornal ganhara, tendo sido um anunciador dos projetos políticos e de desenvolvimento da cidade, seu Joãozinho ganha um espaço na sociedade de Petrolina que até então se estabelecia como cidade autônoma e pioneira na região. Foi também diversas vezes homenageado, uma delas foi recebendo a medalha cultural “ OLIVEIRA LIMA” por ser o jornal mais antigo do interior do Nordeste. Chegou a ser vereador e durante boa parte da sua vida esteve na direção do Jornal somente ficando afastado devido à idade e problemas de saúde. Foi levado para morar com um dos filhos, logo após, devido à falta de tempo necessário para os cuidados por parte de sua filha, foi levado a um asilo até que sofreu um infarto fulminante, vindo a falecer com 92 anos, na cidade de Cachoeiro do Itapemirim - ES deixando incumbência do Jornal para um dos herdeiros que levava também seu nome e que viria a falecer após um dia inteiro de trabalho na redação e queixando-se de fortes dores de cabeça, sofre um infarto e morre.

O jornal continuou sendo publicado pelo amigo de Joaozinho, o pai, até os anos de 1993.

Figura: João Ferreira Gomes ou “Joãozinho do Farol”



Fonte: Petrolina – Origem, Fatos e vida uma história.

2.1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Alguns autores apontam que a ciência da informação nasceu no contexto da revolução industrial outros, porém afirmam que ela nasceu no período pós II guerra Mundial, preferimos utilizar neste estudo esta última corrente pois percebemos que os desdobramentos foram se dando até o período pós-guerra. Nesse sentido chamamos atenção para a explosão informacional que ocorreu a partir de 1940, preocupados com o volume e como armazenar as informações alguns estudiosos tais como Otlet e La Fontaine, dois advogados belgas, que decidem organizar o I congresso Mundial de Associações Internacionais de Documentação em Bruxelas, em 1910. Otlet primeiro pensou a partir da Documentação, a criação de uma biblioteca universal em que armazenaria as informações produzidas pelo mundo, enquanto La Fontaine criou o método de classificação CDU utilizado ainda hoje para representação da informação.

O contexto que facilitaria o surgimento da CI foi a dificuldade em recuperar a informação, pois grandes volumes de dados e documentos surgiram após a 2ª Guerra Mundial e seu gerenciamento era um problema a ser resolvido. Desse modo inaugura-se uma fase da ciência da qual as demais viriam em seguida a saber:

A ciência da informação possui três tempos distintos se quisermos analisar o seu desenvolvimento: Tempo gerência da informação de 1945 – 1980; Tempo relação informação e conhecimento de 1980 – 1995; Tempo do conhecimento interativo de 1995 (TOUTAIN, 2007, p.25).

O autor afirma que a evolução da ciência em etapas não significa nem tampouco deve demonstrar um caráter estanque do seu desenvolvimento, porém é necessário para compreendermos que a ciência da informação foi se consolidando, principalmente a partir da criação de métodos e conceitos que no início foram importantes para a representação da informação como: os tesouros, os códigos e sistemas de indexação e recuperação da informação.

Com o advento do computador a preocupação se voltara para a transmissão da informação e intenção dessa informação na coletividade, começam os estudos sobre o cognitivismo que nos anos 60 despontam como uma corrente de pensamento, no qual para a ciência da informação vinha para demonstrar o valor da informação para geração de conhecimento, o fluxo e a velocidade da informação aumentavam, porém precisava agregar conhecimento a essa coletividade.

A partir da criação da internet a preocupação se volta mais uma vez para o armazenamento e produção de conhecimento através dela:

A partir de 1990 a informação assumiu um novo status após a internet e principalmente com a sua interface gráfica world wide web. Embora, os primeiros esforços de uma rede mundial de computadores apareçam em 1972, com uma mostra pública da Arpanet, ligando 40 computadores. Mas, foi só em 1989 que, Tim Berners-Lee, cidadão inglês, tecnólogo da informação, trabalhando no European Organization for Nuclear Research, Center (Cern), programou os primeiros softwares que permitiram a atual configuração gráfica da web, (o que você vê, é o que você consegue ter) e a partir daí o desenvolvimento popular da Internet (TOUTAIN, 2007, p. 28).

Vale ressaltar que após a internet e o fenômeno da globalização as distâncias foram encurtadas e um novo modelo de civilização estaria dando início, a chamada Sociedade da Informação. “A expressão ‘sociedade da informação’ passou a ser utilizada, nos últimos anos deste século, como substituto para o conceito complexo de sociedade pós-industrial e como forma de transmitir o conteúdo específico do novo paradigma técnico-econômico” (WERTHEIN, 2000, p. 71).

Segundo ¹Castells apud Werthein (2000, p. 71) a Sociedade da Informação possui as seguintes características fundamentais:

A informação é sua matéria-prima: as tecnologias se desenvolvem para permitir o homem atuar sobre a informação propriamente dita, ao contrário do passado quando o objetivo dominante era utilizar informação para agir sobre as tecnologias, criando implementos novos ou adaptando-os a novos usos.

Os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade porque a informação é parte integrante de toda atividade humana, individual ou coletiva e, portanto, todas essas atividades tendem a serem afetadas diretamente pela nova tecnologia.

Predomínio da lógica de redes. Esta lógica, característica de todo tipo de relação complexa, pode ser, graças às novas tecnologias, materialmente implementada em qualquer tipo de processo.

Flexibilidade: a tecnologia favorece processos reversíveis, permite modificação por reorganização de componentes e tem alta capacidade de reconfiguração.

Crescente convergência de tecnologias, principalmente a microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica, computadores, mas também e crescentemente, a biologia. O ponto central aqui é que trajetórias de desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do saber tornam-se interligadas e transformam-se as categorias segundo as quais pensamos todos os processos.

Nessa sociedade vemos que a influência da tecnologia e da informação são indispensáveis, e o cidadão que não teve acesso a informação não pode ter seu estoque de conhecimento alterado. Nesse sentido “o conhecimento destino da informação, é organizado em estruturas mentais por meio das quais um sujeito assimila a ‘coisa’ informação” (TOUTAIN, 2007, p. 27)

É a partir daí que ocorre a evolução de uma sociedade da informação para a Sociedade do Conhecimento,

A geração do conhecimento é uma reconstrução das estruturas mentais do indivíduo realizado através de sua competência cognitiva, ou seja, é uma modificação em seu estoque mental de saber acumulado ou porque sedimenta saber já estocado, ou porque reformula saber anteriormente estocado (TOUTAIN, 2007, p. 27).

Com isso podemos inferir que diante da sociedade brasileira e principalmente na região nordeste e sertão semiárido é de grande valia que a informação/conhecimento chegue a esse cidadão, que durante muito tempo esteve alijado do direito à informação. Diferentemente de países ricos e desenvolvidos onde os recursos tecnológicos e a adesão à sociedade da informação foram mais latentes do que nos países subdesenvolvidos ou emergentes como o Brasil, tornando o nosso processo mais tardio e deficitário ainda em algumas regiões.

Dessa forma a Sociedade da informação trouxe um novo paradigma baseado na afirmação de que “informação é poder” e aquele que obtém o acesso à informação, nesse caso, sinônimo de conhecimento, consegue desenvolver e estar inserido neste contexto de inclusão digital, nesse quesito associedades rurais do Brasil, ao longo da história esteve à margem da utilização e acesso a serviços básicos tais como: saúde, educação, lazer, transporte e durante muitos anos o acesso à educação de qualidade era limitada as famílias mais abastadas e a mudança de pessoas para os grandes centros urbanos na busca de alternativas de crescimento profissional nesses grandes centros urbanos.

O Semiárido Brasileiro do século XXI ainda é demarcado pela forte exclusão social, mas, por outro lado, por um crescente posicionamento crítico e propositivo da sociedade civil. As lutas contra a pobreza, as injustiças sociais e as formas de ação e intervenção descontextualizadas por parte do Estado moldaram um papel pró-ativo desse segmento social, que, nas últimas décadas tem pressionando a democratização e o controle social dos programas de desenvolvimento (CARVALHO, 2012, p. 2).

Assim fazer com que o conhecimento chegue aos espaços educativos como a escola, o museu, o arquivo e a biblioteca é o grande desafio, que sem dúvida as tecnologias da informação podem auxiliar transformando o status quo do camponês que busca conhecimento sobre como se deram as relações sociais, econômicas no lugar em que ele vive.

2.2 A INTERDISCIPLINARIDADE DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A ciência da informação desde os primórdios tem um caráter interdisciplinar interagindo com as disciplinas: a psicologia, a linguística, a sociologia, a informática, a matemática, a lógica, a estatística, a eletrônica, a economia, o direito, a filosofia, a política e as telecomunicações e

dessa experiência interdisciplinar surge também a demarcação do objeto de estudo da ciência: a informação. Que conforme aponta Le Coadic o termo informação é polissêmico e quase sempre relacionado a conhecimento. Contudo é preciso entender que a ciência da informação passa por algumas fases até chegarmos ao que temos como Informação/conhecimento, assim:

“O surgimento desses conceitos ou palavras chave não foi gratuito nem inocente. Visava a assegurar, mediante uma linguagem pseudocientífica que se pretendia comum, uma certa convergência de métodos e ideias e finalmente um pseudoconsenso”(1996, p. 04).

Porém o termo informação é utilizado em diversas disciplinas de maneiras diferentes, como por exemplo: na informática, a informação é tratada pela medida e transmissão de sinais elétricos, na biologia as informações do código genético. Para a ciência da Informação importa o conceito relacionado a cognição e comunicação humanas.

Assim, Le Coadic define informação como: “conhecimento inscrito, (gravado) sobre a forma escrita (impressa ou numérica) oral ou audiovisual (1996, p.05)”.

De forma análoga a noção de documento é muito subjetiva, porém para a ciência da informação existe uma relação intrínseca entre informação e documento conforme aborda Otlet: “O documento ou livro é “um suporte de uma certa matéria e dimensão(...) em que se incluem signos representativos de certos dados intelectuais” (1996, p. 43)

Assim o documento possui o valor informacional que gera conhecimento e compreensão da realidade. Para Otlet (1996, p. 43), os livros – termo genérico que engloba os manuscritos e impressos de toda espécie que, em número de milhões, têm sido feitos ou publicados em forma de volumes, periódicos, publicações de arte – constituem em seu conjunto a memória materializada da humanidade, armazenando os fatos, as ideias, as ações, sentimentos, sonhos, ou seja, aquilo que tem impressionado a razão do homem.

Nesse sentido um jornal cotidiano é feito para servir de suporte e para transmitir informações, mas se o comprador o usar para embrulhar legumes, por exemplo, o jornal não é mais um suporte de informação. Mas este objeto pode transformar-se novamente se o destinatário do pacote colocar os olhos sobre o conteúdo e tomar conhecimento de algumas notícias. A vontade de obter uma informação é por isso um elemento necessário para que um objeto seja considerado como documento, apesar de a vontade de seu criador ter sido outra. É no momento em que se busca informação em um objeto, cuja função original é prática ou estética, que ‘se faz um documento’ nas bibliotecas (ORTEGA E LARA, 2010, p. 5).

Corroborando com Otlet, entendemos que a informação produz um sentido, dependendo do processo de manipulação pode produzir conhecimento. Dessa forma a ciência da informação e mais precisamente a mediação da informação se debruça sobre esses mecanismos de apropriação da informação, realizando estudos de usuários e mediação da informação a fim de disponibilizar para o usuário, seja através de meios analógicos ou tecnológicos a compreensão da informação que anteriormente estava em estado “bruto”.

O QUE É DOCUMENTO?

Ao longo dos anos o estudo sobre a memória e o patrimônio tem ganhado ênfase, principalmente no Brasil. O processo de apropriação desse conceito tem sido discutido por diversas áreas ligadas ao tratamento e organização de acervos documentais. Quase sempre

realizado por historiadores que se debruçam sobre o trabalho de organizar a documentação para sua pesquisa e que consequentemente preservam os documentos e contribuem para a memória.

Nesse sentido, a exemplo do caso citado a preocupação com as fontes historiográficas não oficiais tem crescido sobremaneira, sobretudo em contraponto a uma tradição brasileira e portanto, patrimonialista das instituições arquivísticas de preservação somente dos documentos oficiais. Essa tradição da Arquivologia não tem avançado tanto quanto em outras áreas da ciência da informação como a Museologia. A História no sentido de construção de uma historiografia para além das fontes oficiais tem se baseado em materiais e métodos da Escola dos Anales, principalmente em sua terceira geração, da qual a História Cultural encontra espaço.

No Brasil esse movimento ganhou corpo a partir da década de 1970 quando os historiadores brasileiros influenciados por uma reflexão da epistemologia e teoria da História diferente da positivista, como história verdade, buscam escrever a narrativa de situações menos comum, é o caso da História da Mentalidades e micro- História. Foi um período marcado por incertezas, tendo em vista a tradição do século XIX conforme afirma De Luca De Luca (2005, p. 112.)

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.

É importante frisar que a discussão entre os historiadores brasileiros acerca da utilização do documento-jornal para escrita da História ficou bastante polarizada entre aqueles que se posicionaram a favor e os contra, tendo em vista que os primeiros agiram com enaltecimento e acreditava que as informações eram verdadeiras e fidedignas da realidade enquanto o segundo via com desconfiança e desprezo por acreditar que o jornal era uma fonte suspeita para a escrita da História.

Vale ressaltar que para ter acesso as fontes oficiais, os historiadores encontram bastante dificuldades desde a questão do acesso, até a desorganização e situações que inviabilizam a pesquisa. As fontes oficiais não refletem o cotidiano dessa forma seu conteúdo quase sempre se dá em informações referentes a estrutura do Estado.

Diante dessa situação por muito tempo a tradição historiográfica brasileira encontrou respaldo na ausência de preservação de documentos” não oficiais”. Ainda podemos encontrar casos de arquivos institucionais ou privados que fornecem consulta e acesso, porém com jornais, documentos audiovisuais o quadro é diferente e geralmente são os pesquisadores que organizam e disponibilizam o acervo, por entender ser fonte para pesquisa. Por trabalhar com um conceito diferente de documento, a Arquivologia preocupa-se muito com o documento que contém elementos de prova tornando- se um conceito demasiado positivista e de uma História baseada na superestrutura. Assim documento é definido como:

“Informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer da atividade de uma instituição ou pessoa e que possui conteúdo, contextual e estrutura suficientes para servir de evidência dessa atividade (RONDINELLI,2007, p.22)”.

Porém para a História esse conceito de documento é mais amplo e não abrange somente os documentos oficiais da qual a Arquivologia está tratando.

Vestígios do passado que podem estar em qualquer suporte são documentos para a construção do discurso historiográfico, bem como o valor que a sociedade ao longo dos anos atribui a ele, dessa forma para Le Goff, a diferença está na função de cada objeto – monumento, está ligado à memória, sua função é reproduzir uma herança do passado; documento, é uma prova do passado, sua função é testemunhar. Ele ainda afirma que todo documento mente e nesse sentido deve ser criticado pois representa a intenção do autor ,portanto, o historiador não deve se deixar levar pelo discurso da fonte, antes a criticando e tendo cautela em sua utilização.

Com isso os documentos não oficiais são também objetos importantes para a construção da história, a partir das análises e contrapontos de outros vestígios e da linha historiográfica da qual o historiador se baseia, essas fontes tais como o jornal, podem servir para a construção da História.

Para Le Goff, o patrimônio é resultado de um esforço produzido, uma montagem consciente ou não da imagem imposta pela sociedade a si. Ao diferenciar, ele relaciona documento e monumento: o primeiro como escolha do historiador e o segundo com a escolha da sociedade dominante. Assim a História pode ser escrita com o documento que anteriormente foi considerado monumento. A história pode ser escrita com o que está escrito nos documentos ou, em sua ausência, “com tudo aquilo que pode haver correlação, dependência e importância para os homens” (1990, p. 285). Assim: tanto o documento quanto o monumento são montagens, conscientes ou não, de uma sociedade que os produziu e também das que os preservaram.

A história é a reconstrução (científica) da memória, resultado das forças conflitantes no cenário em que atua o próprio historiador. A continuidade e a duração estão presentes no monumento (herança do passado) como estão presentes no documento (escolha do historiador); o documento pode se tornar monumento. Desse modo o monumento remete a memória coletiva e essa passa por disputas ideológicas e esquecimentos. Assim para Halbwachs (1990,p.79) a memória coletiva é diferente da História pois ela existe quando há necessidade de escrita da memória de uma grupo em tempo recuado onde houve esquecimento ou ausência de escrita.

O monumento é um mediador de memória; dá forma à simbologia da memória, que por sua vez, possui espaços móveis ou imóveis. A memória patrimonial é hegemônica, sua utilização legítima ou ilegítima um passado com efeitos no futuro, uma vez que se destina a posteridade, ademais a memória e o passado passam pelo crivo de um grupo dominante conforme Luporini:

O passado é verdadeiramente rejeitado quando sua importância perdeu sentido e sua inovação torna-se inevitável. Mas quem decide isso? São os grupos sociais no poder, os notáveis no interior das famílias, os indivíduos com poder de decisão. Memória, lembrança e esquecimento passam pelo crivo do poder, da cidadania e das identidades (LUPORINI, 2002).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios que se apresentam para o gerenciamento da informação, na qual atualmente chegou a níveis exorbitantes de volume, por causa das tecnologias da informação e

do uso da internet, precisamos pensar no usuário e para isso que se dispõe a Ciência da Informação. Durante a Idade Média a informação ou conhecimento esteve aprisionado nos mosteiros junto aos clérigos, atualmente a informação está disponível, porém sem o devido tratamento ou mediação da informação.

O paradigma da informação trouxe o acesso e também a exclusão, principalmente aos lugares mais distantes e pobres do Brasil. Nesse sentido o ambiente rural tão carente de políticas públicas, tem sofrido com a falta de oportunidades e conhecimento. Lugar comum é dizer que informação é poder, porém é o processo de mediação da informação que auxilia o usuário a pensar e através de seu estoque de conhecimento produzir reflexões e novos conhecimentos.

A imprensa sempre foi um veículo de produção de pensamentos e o discurso jornalístico alcança grande parte da população. É verdade que com o Advento da internet o acesso aos jornais digitais tem se tornado mais frequente do que no século passado. Contudo há uma gama de informações que ainda precisam de tratamento e a história da Imprensa também carece de estudos e pesquisas relacionadas a área.

No contexto social ao qual fazemos parte, ou seja, no sertão semiárido o jornal O Pharol ganhou notoriedade sendo o mais antigo jornal do interior e por isso sua importância como documento histórico. O acervo desse jornal encontra-se hoje no Museu do Sertão do São Francisco e a partir desta pesquisa estamos divulgando, ou seja, o material preservado e que tratou das categorias elencadas nesta pesquisa, a saber: Educação Rural, Social e Políticas Públicas estão disponibilizadas no site, pois a internet é um veículo de comunicação, pelo qual uma grande parte dos munícipes e demais pesquisadores, poderão consultar, ler a informação e vir a produzir mais estudos.

Através da pesquisa bibliográfica foi possível identificar o potencial informacional do acervo e a demanda por consulta do mesmo. Conforme a bibliografia consultada o processo de mediação é intencional e dessa forma demonstramos como se deram as políticas de desenvolvimento, vida social, e educação na região e como eram noticiadas.

Percebemos que o modelo de educação implantado em Petrolina foi característico do restante do Brasil. Após a abolição da escravidão e o Regime Republicano o aprendizado agrícola foi instituído como mecanismo de treinamento de mão de obra que visava a produção nas grandes lavouras. Após a Segunda Guerra Mundial e a hegemonia estadunidense, o ambiente de transformação da agricultura “atrasada” em países periféricos como o Brasil começa a ser incentivado.

A partir de então e com apoio do governo brasileiro empresas governamentais foram criadas como Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste SUDENE, inspirada no modelo da Comissão Econômica para Estudos da América Latina e Caribe – CEPAL do qual fazia parte o Ilustre Celso Furtado, A ACAR e a Empresa Brasileira de Agropecuária – Embrapa.

A utilização do site como ferramenta de disseminação da informação possibilita a preservação do acervo, pois evita o manuseio do jornal corroborando com o que observamos: o estado que se encontra o jornal, devido ao material, tendo em vista que o papel que é confeccionado o jornal é de qualidade inferior e pelo acondicionamento no museu.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Biblioteca pública: avaliação de serviços. Londrina: EDUEL, 2003.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. As Escolas históricas. Portugal: Europa-América, 1993
- CAPORAL, F. R. A Extensão Rural e os limites prática dos extensionistas do serviço público. 1991, 134 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria. Campus Santa Maria, Santa Maria – RS, 1991. Disponível em: <www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Dis_Francisco_Caporal.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- CUNHA, J. F. da. Memória Histórica de Juazeiro. Instituto geográfico e Histórico da Bahia do Instituto Genealógico da Bahia, 1978.
- CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, R. (Org.). Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia. 5ª ed. São Paulo: ed. Campus Ltda, 1997.
- CARVALHO, L. D. Os saberes tecidos no contexto: a vertente educativa da convivência com o semiárido fundamentando novas práticas e metodologias pautadas na contextualização. In: Seminário de Educação do campo e Contemporaneidade. 3, 2012, Salvador-BA. Anais eletrônicos... Salvador-BA, 2012. Disponível em: <<http://www.irpaa.org/publicacoes/artigos/saberes-tecidos-no-contexto.pdf>>. Acesso em 19 mar. 2016.
- D'ALÉSSIO, M. M. Memória: Leituras de M. Halbwachs e P. Nora. Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 13; nº 25/26 Set. 92/ Ago 93, p. 97-103.
- FONTANELLI, S. A. Centro de Memória e Ciência da Informação: uma interação necessária. 2005, 106f. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Biblioteconomia) Universidade de São Paulo. Campus Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, São Paulo 2005.
- GONÇALVES, E. L. OPARA: Formação Histórica e Social do Submédio do São Francisco. Petrolina: Gráfica Franciscana, 1997. 249 p.
- LAKATOS, E. M., MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LAVILLE, C. A construção do Saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed. Belo Horizonte: Ed. UFMG. 1999.
- LE COADIC, Yves- François. A ciência da Informação. Brasília/DF. Briquet de Lemos. 1996.

LUPORINI, Tereza. Educação patrimonial: projetos para a educação básica. Ciências & Letras, n 31. Porto Alegre, p. 325-338, jan./jun. 2002

MENDONÇA, S. R. de. Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos. Rio de Janeiro. 2007. 116 p.

NASCIMENTO, L. do. História da Imprensa de Pernambuco (1821 – 1954). Recife: Ed Universitária da UFPE, 2007.14v Municípios de letras L e P.

NOVAS TECNOLOGIAS EM ARQUIVO. Revista Acervo, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v7 n1/02 jan. / Dez. 1994. Disponível em: < http://www.arquivonacional.gov.br/media/v7_n1_2_jan_dez_1994.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2018.

NUNES, M. S. C. Mediação da informação em Bibliotecas Universitárias Brasileiras e Francesas. 2015. 221f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Federal da Bahia, ICI-UFBA, Salvador – BA, 2015.

OLIVEIRA, M. de. (Org). Ciência da Informação e Biblioteconomia: Novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2005.143 p. Coleção Didática.

NORA, P. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução Yara Ann Khoury. São Paulo, [s. n.],1993. Proj. História.

PAES, M. L. Arquivo: Teoria e pratica. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

RONDINELLI, R. C. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos. Rio de Janeiro: [s. l], 2002.

RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v.11, n.1, jan./abr. 2006.

ROZADOS, Helen Beatriz Frota. A Ciência da Informação em sua aproximação com as Ciências Cognitivas. Em Questão, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 79-94, jan./jun. 2003.

SILVA, J. M.; SILVA, C. de A. Os frutos da convenção e contradições: entre trabalho e capital na fruticultura irrigada do submédio São Francisco. 38º encontro Nacional ANPOCS GT 49, Trabalho e ação sindical na sociedade contemporânea.

SILVA, P. C. G. da. Dinâmica e crise da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco. In: SILVA, A. G. da; CAVALCANTI, J. S. B. W; WANDERLEY, M. de N. B. (Org.). Diversificação dos espaços territoriais no Nordeste do Brasil. Recife. Editora UFPE, 2014.

SOUZA, R. Á. D. de. A Riqueza da produção e a Produção da Riqueza: O (in) sucesso da fruticultura irrigada no polo Petrolina/Juazeiro. Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/17.pdf>>. Acesso em: 29 de ago. de 2018.

SUANO, Marlene. O Que é Museu. Editora Brasiliense.1986.

SOUTO JUNIOR, J. F. O vale encantado do São Francisco: Desenvolvimentismo e Sindicalismo Rural (1990 -2008). [S. l.]: FAPESP, 2011.

TOUTAIN, L. M. B. B. (Org.) Para Entender a Ciência da Informação. Salvador: Edufba, 2007, 242 p. Sala de aula.

VARELA, Aida Varela; BARBOSA, Marilene Abreu. A multirreferencialidade de saberes nos atos de mediação do conhecimento: o aporte das ciências cognitivas à ação pedagógica das bibliotecas. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.14, n. 2, p. 187-203, maio/ago. 2009.

WERTHEIN, J. A Sociedade da Informação e seus desafios. *Cien. Inf, Brasilia*, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago, 2000.